

MERCADOS



Com Petrobras, Bovespa cai 0,38%, aos 128 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com o mergulho de Petrobras (ON -6,78%, PN -6,04%) e as perdas nas ações de grandes bancos (BB ON -1,29%, Santander Unit -2,06%) na sessão, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tendeu para baixo ontem, cedendo 0,38%, aos 128.027,59 pontos, no fechamento. A notícia que parou o dia veio na noite anterior: a substituição de Jean Paul Prates por Magda Chambriard na Petrobras, definida pelo presidente Lula com apoio dos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Rui Costa (Casa Civil), adversários do ex-senador que teriam presenciado o desligamento com "regozijo", nas palavras do demitido.

Destaque para alta de 1,17% no índice amplo (S&P 500) e de 1,4% no de tecnologia (Nasdaq), com as três referências, o que incluiu o Dow Jones, em novas máximas históricas.

Aqui, o noticiário em torno da Petrobras deu o tom para os negócios na Bolsa ao longo desta quarta-feira, com perdas semelhantes, nas ações da estatal, às registradas pelos ADRs da companhia no after

market da noite anterior, em Nova York, em baixa então perto de 7% no encerramento.

Contudo, na Bolsa, para além da Petrobras e dos grandes bancos, o dia também foi negativo para outro peso-pesado do Ibovespa, Vale ON, que fechou em baixa de 0,29%. Na ponta perdedora do índice, as ações de Petrobras vieram à frente de CVC (-3,59%), Azul (-2,25%) e Fleury (-2,11%). No lado oposto, JBS (+8,11%), Marfrig (+6,30%), Embraer (+5,64%) e Natura (+4,57%).

Na semana, o Ibovespa ainda avança 0,34% e, no mês, tem alta de 1,67%, restringindo as perdas do ano a 4,59%. O giro financeiro subiu a R\$ 32,7 bilhões nesta quarta-feira, dia de vencimento de opções sobre o Ibovespa.

DÓLAR

Tirando queda pontual e bem limitada no início da tarde, o dólar operou em terreno positivo no restante da sessão. Com máxima a R\$ 5,1718 no início dos negócios, a moeda encerrou a sessão em alta de 0,12%, cotada a R\$ 5,1367. Como havia recuado nos dois pregões anteriores, a divisa ainda apresenta baixa de 0,42% na semana.

IBC-Br

Atividade econômica tem alta de 1,08% no 1º trimestre

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A atividade econômica brasileira registrou alta no primeiro trimestre deste ano, de acordo com informações divulgadas, ontem, pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve aumento de 1,08% de janeiro a março em relação ao trimestre anterior (outubro a dezembro de 2023), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em comparação ao primeiro trimestre de 2023, a alta foi de 1,04% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais).

Considerando apenas o mês de março de 2024, o IBC-Br teve retração de 0,34%, atingindo 147,96 pontos, dados dessazonalizados. Na comparação com o mesmo mês de 2023, houve queda de 2,18% (sem ajuste para o período). No acumulado em 12 meses, o indicador ficou positivo em 1,68%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 10,5% ao ano pe-

lo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia - indústria, comércio e serviços e agropecuária -, além do volume de impostos.

TAXA BÁSICA

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela sétima vez. Entretanto, a alta recente do dólar e o aumento das incertezas levaram o Copom a diminuir o ritmo do corte, que vinha sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto percentual.

Em ata da última reunião, o Copom mostrou preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o pre-

visto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. Para os membros do colegiado, a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa "serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta".

Apesar dos desafios, o Copom reconhece que o cenário do mercado de trabalho e a atividade econômica brasileira apresentaram um desempenho mais dinâmico do que o esperado no primeiro trimestre de 2024. Esse crescimento, impulsionado principalmente pelo setor de serviços, contribuiu para a decisão de reduzir a taxa Selic, ainda que em um ritmo mais lento.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida

para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira. Segundo o próprio BC, o índice "contribui para a elaboração de estratégia da política monetária" do país, mas "não é exatamente uma prévia do PIB."

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Superando as projeções, em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A próxima divulgação do PIB, com o resultado do primeiro trimestre de 2024, está previsto para o dia 4 de junho.

AGROPECUÁRIA

Secretaria institui Centro de Emergência para lidar com desastre no RS

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura instituiu ontem, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), o Centro de Operações de Emergência para lidar com o Desastre Climático no Rio Grande do Sul (COI/SDA/Desastre Climático-RS). A ideia, conforme descreve a Portaria SDA/Mapa 1.112, de 14/5/2024, é criar um mecanismo de articulação intra e interinstitucional em resposta aos impactos produzidos na agropecuária do País por causa das chuvas no Sul do País.

Segundo a portaria, a gestão do Centro ficará sobre responsabilidade da própria Se-

cretaria de Defesa Agropecuária, que deverá articular-se com os órgãos e entidades públicos e privados; atualizar o secretário de Defesa Agropecuária sobre a situação de resposta à emergência; identificar e adotar mecanismos para apoiar as unidades técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária, a Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e o respectivo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária nos meios necessários para a resposta à emergência, e propor ao secretário de Defesa Agropecuária ações que visem otimizar a resposta à emergência.

Nota

SENADO APROVA, POR 61 VOTOS A 0, PL QUE SUSPENDE PAGAMENTO DA DÍVIDA DO RS

O Senado aprovou ontem, por 61 votos a zero, o projeto de lei complementar que suspende o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul por três anos. Os senadores analisam, ainda, um destaque que pretende anistiar a dívida por 36 anos. A suspensão da dívida do RS dura 36 meses e permite a aplicação de R\$ 11 bilhões em um fundo para o estado se reconstruir depois da devastação causada pelas enchentes. A proposta também prevê perdão de R\$ 12 bilhões em juros sobre todo o estoque da dívida gaúcha durante o período de suspensão do pagamento. O projeto de lei complementar de ajuda ao RS foi aprovado na Câmara dos Deputados na noite de terça-feira por 404 votos a dois. A proposta foi enviada pelo governo para aliviar a situação financeira do Estado, que vive situação de calamidade pública devido às enchentes causadas nas últimas semanas por fortes chuvas. A dívida do Rio Grande do Sul é estimada em R\$ 98 bilhões. Durante os próximos três anos, os juros que incidem sobre o estoque da dívida serão reduzidos a 0%. Apesar de ser voltada ao RS, a proposta permite que esse regime seja aplicado a qualquer Estado que esteja em calamidade pública reconhecida pelo Congresso após pedido do Poder Executivo.

GREVE

Governo propõe aumento de 13% a 31% a professores até 2026

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em greve há um mês, os professores de universidades e colégios federais receberam uma proposta de aumento de 13,3% a 31% até 2026. No entanto, os aumentos só começarão em 2025.

Os índices de reajustes deixarão de ser unificados e variarão com base na categoria. Os que ganham mais terão o aumento mínimo de 13,3%. Quem recebe menos ganhará o reajuste máximo de 31%. Segundo o

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), essa é a última oferta do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) aos professores de ensino superior.

Com o reajuste linear de 9% concedido ao funcionalismo federal em 2023, o aumento total, informou o MGI, ficará entre 23% e 43% no acumulado de quatro anos. A pasta ressaltou que o governo melhorou a oferta em todos os cenários e que os professores terão aumento aci-

ma da inflação estimada em 15% entre 2023 e 2026.

A proposta anterior previa reajuste zero em 2024, 9% em 2025 e 3,5% em 2026. Somado ao reajuste linear de 9% concedido ao funcionalismo federal no ano passado, o aumento total chegaria a 21,5% no acumulado de quatro anos.

Com a proposta em mãos, o Andes fará novas rodadas de assembleias para definir a resposta a ser dada até o próximo dia 27. Originalmente, os professores esperam contraproposta à reinvin-

dicação de reajuste salarial de 22,71%, com pagamento ainda no segundo semestre deste ano.

Os professores querem também que o governo recomponha o orçamento das universidades federais e revogue normas que prejudicam a carreira docente, baixadas no governo anterior. Na próxima terça-feira, o MGI se reunirá com os técnicos administrativos das instituições de ensino superior, que estão em greve desde o início de março, para apresentar uma proposta.

FERROVIA

Moraes prorroga por mais 90 dias prazo para concluir estudos sobre a Ferrogrão

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 90 dias a suspensão do processo que questiona a Ferrogrão, um projeto de ferrovia que escoaria grãos do Centro-Oeste ao porto de Miritituba, no Pará. O PSOL, autor da ação, havia pedido mais seis meses para finalizar os estudos sobre possíveis impactos da construção. No despacho, Moraes afirmou que o novo prazo de 90 dias é "improrrogável".

Moraes é relator de ação do PSOL contra uma Medida Provisória (MP) de 2017 que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para comportar os trilhos da obra. O projeto está



GUSTAVO MORENO/STF

paralisado desde 2021 por decisão cautelar do ministro.

O ministro enviou o caso para o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal) do STF em maio do ano passado, atendendo a pedido da Advocacia-Geral

da União (AGU).

O procedimento de mediação foi finalizado em agosto e, em setembro, Moraes deu prazo de mais seis meses para conclusão dos estudos sobre a obra.

Em março, o PSOL enviou

manifestação ao STF informando que o Ministério dos Transportes criou um grupo de trabalho (GT) sobre o tema, mas que precisa de mais tempo para concluir os estudos.

A legenda argumenta que há "pontos cegos" que impedem a tomada de decisões sobre o tema.

"Remanescem intocados muitos pressupostos, como é o caso de não se seguir com o traçado atual em face da inconstitucionalidade da lei que o autorizou, e pontos essenciais no campo socioambiental, sem os quais não se pode avaliar e concluir com alguma razoabilidade e legalidade a viabilidade dos estudos prévios do projeto", dizem os advogados do PSOL na petição.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

SINDICATOS

Magda tem apoio da FUP para comandar Petrobras

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacellar, disse ao Estado que a entidade sindical apoia a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Petrobras, ou seja, a demissão de Jean Paul Prates do comando da estatal e a indicação da ex-diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Magda Chambriard para o cargo. Bacellar afirmou que Chambriard é engenheira aposentada da Petrobras, além de ter passado pela ANP, e tem todas as credenciais para assumir a maior empresa do País sem grandes questionamentos pela governança e pelo Conselho de Administração da estatal. O sindicalista observou ainda que a indicação ainda tem valor pela representatividade feminina. "O presidente Lula tem capacidade de análise superior à nossa. Ele consegue enxergar a

floresta, as correlações de forças existentes nesse imenso Brasil, enquanto nós enxergamos as árvores. A decisão tomada por ele terá o nosso apoio por isso", disse Deyvid. O coordenador geral da FUP afirmou ainda que a prioridade é manter a boa relação dos petroleiros com a direção da Petrobras, assim como aconteceu sob Jean Paul Prates, a quem reconhece uma gestão de reconquista de direitos dos trabalhadores, do papel da Petrobras na economia e na modernização da estrutura da empresa. Segundo Bacellar, a ideia é que esse resgate seja mantido sob a gestão de Chambriard, e que mais avanços aconteçam. A executiva teria uma leitura madura do mercado de óleo e gás e da soberania nacional que coaduna com a visão da FUP em vários pontos, de acordo com o sindicalista. Para Bacellar, é fundamental aumentar o nível de encomendas da companhia à indústria naval brasileira, a fim de gerar

emprego e renda, acelerar obras que estavam paradas e foram retomadas sem grande tração na gestão de Prates e seguir no esforço de reestatizar refinarias vendidas à iniciativa privada em governos anteriores. O sindicalista disse ainda que pretende interceder em nome de aposentados para rever a questão dos equacionamentos do fundo de pensão da categoria, o Petros, que leva a descontos mensais que reduzem o poder de compra dos beneficiários.

CARREIRA

A futura presidente da Petrobras, Magda Chambriard, é engenheira química e civil e iniciou sua carreira na Petrobras em 1980. Foi cedida à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2002. Tornou-se diretora da ANP em 2008. Em 2012, chegou à diretoria-geral da agência no governo Dilma Rouseff. De acordo com ofício enviado à Petrobras pelo Ministério das Minas e Energia, a indicação se-

rá submetida aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da companhia, com apreciação pelo Comitê de Pessoas e pelo Conselho de Administração. Magda Chambriard é mestre em engenharia química pela COPPE/UFRJ (1989) e engenheira civil pela UFRJ (1979), e se especializou em engenharia de reservatórios e avaliação de formações e posteriormente em produção de petróleo e gás, na hoje denominada Universidade Petrobras.

O comunicado da empresa diz ainda que Magda fez diversos cursos, além dos relativos à produção de óleo e gás, eles desenvolvimento de gestão em engenharia de produção, negociação de contratos de exploração e produção, qualificação em negociação na indústria do petróleo, gerenciamento de riscos, contabilidade, gestão, liderança, desenvolvimento para conselho de administração.

BALANÇO

JBS reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 1,646 bilhão no 1º trimestre

LEANDRO SILVEIRA/AE

A JBS encerrou o primeiro trimestre de 2024 com lucro líquido de R\$ 1,646 bilhão, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 1,453 bilhão registrado no igual período de 2023, informou a empresa na terça-feira passada, depois do fechamento do mercado financeiro. A receita líquida foi de R\$ 89,147 bilhões, alta de 2,8% em relação ao primeiro trimestre de 2023, quando havia sido de R\$ 86,684 bilhões. Já o Ebitda ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 197,3%, de R\$ 2,162 bilhões para R\$ 6,429 bilhões. Já a margem Ebitda passou de 2,5% para 7,2%.

A dívida líquida da companhia fechou o primeiro trimestre em R\$ 79,269 bilhões, 4,9% menor ao que havia sido reportado em igual trimestre de 2023, de R\$ 83,343 bilhões. Em dólares, a dívida líquida caiu 3,3% em igual período, de US\$ 16,405 bilhões para US\$ 15,686 bilhões.

Já a alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 3,70 vezes em reais e em 3,66 vezes em dólares, contra 3,13 vezes e 3,15 vezes, respectivamente, um ano antes. O resultado financeiro líquido da empresa ficou negativo em R\$ 1,727 bilhão, contra um resultado também negativo de R\$ 1,554 bilhão no primeiro trimestre de 2023.

DURIGAN

Ação do governo para o RS não vai alterar trajetória fiscal do País

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, salientou ontem que o socorro federal ao Rio Grande do Sul usa a licença da Lei de Responsabilidade Fiscal ao uso de crédito extraordinário aprovado pelo Congresso, sem quebrar as regras do novo arcabouço das contas públicas. Ele adiantou ainda que o apoio ao Rio Grande do Sul, em calamidade pública pelas enchentes sem precedentes, não vai parar na liberação de créditos de R\$ 50 bilhões, mais R\$ 10 bilhões em investimentos do próprio Estado.

"Não podemos medir esforços para ajudar o Rio Grande do Sul", declarou Durigan durante evento do *Valor Econômico* em Nova York. Ele frisou que, sem alterar o

arcabouço, as medidas anunciadas são restritas ao Estado. "Tivemos cuidado na Fazenda de não quebrar o arcabouço ou a lei. Usamos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para créditos extraordinários submetidos ao Congresso, especificamente ao Rio Grande do Sul."

O secretário da Fazenda disse que tudo que está sendo feito em prol do Rio Grande do Sul não vai alterar a trajetória fiscal do País. Ao classificar a situação do Estado como uma tragédia nacional, não regional, considerou que o maior acerto do governo foi ter uma reação coordenada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que propôs um decreto de calamidade pública, com o apoio dos presidentes da Câmara e do Senado.

PRISMA FISCAL

Projeção de resultado primário para 2024 é de déficit de R\$ 76,825 bilhões

AMANDA PUPO/AE

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 76,825 bilhões em 2024, dado que representa uma melhora em relação ao documento anterior, de abril, cuja estimativa era de rombo de R\$ 78,615 bilhões. Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de maio, divulgado nesta quarta-feira, 15. O governo pretende zerar o

deficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual de 2024 preveja um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em março revisou o resultado primário para um déficit de R\$ 9,3 bilhões (0,1% do PIB). Para 2025, a expectativa do mercado piorou, para um déficit de R\$ 87,458 bilhões - no mês anterior, a projeção era de rombo de R\$ 83,450 bilhões. O governo

alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB. Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024. A proposta substituiu o teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro

do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação. O Prisma deste mês revisou para cima as previsões do mercado para as receitas federais em 2024, com a estimativa passando de R\$ 2,588 trilhões para R\$ 2,593 trilhões. Para 2025 a projeção para a arrecadação passou de R\$ 2,732 trilhões para R\$ 2,741 trilhões. A estimativa para a receita líquida do Governo Central neste ano passou de R\$ 2,103 trilhões para R\$ 2,120 trilhões, enquanto para o próximo ano variou de R\$ 2,222 trilhões para R\$ 2,231 trilhões.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 24 de maio de 2024, às 10h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) eleição dos membros do Conselho de Administração, com fulcro no art. 9º do Estatuto Social vigente, para o período de 2 (dois) anos, a iniciar em 16/04/2024 e a terminar em 15/04/2026; b) Autorização para venda da embarcação Astro Barracuda de propriedade da Astro Offshore Corporation.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2024
RENATO DE ANDRADE CABRAL

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2024

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.026/2024 no dia 28/05/2024 às 09h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais Hospitalares para Hemodinâmica, com Equipamentos em comodato (CATETER DE ULTRASSOM INTRACORONÁRIO 135 A 160 CM GUIA 0,014" COM MÍNIMO DE UMA SERINGA DE 1ML/5ML, CATETER DE IMAGEM INTRAVASCULAR UTILIZANDO TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA, POR EMISSÃO DE LUZ INFRAVERMELHA e etc)** Processo nº. 33409.009625/2023-06. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO
A empresa FLEURY S/A, inscrita no CNPJ 60.840.055/0213-09, torna público que recebeu a emissão da Licença Municipal de Operação (LAM - O N° 16/2024, PROCESSO: 250/002590/2022), junto a SMARHS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, para o endereço Rua XV de Novembro, nº 134, Centro, Niterói/RJ.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO
A empresa FLEURY S/A, inscrita no CNPJ 60.840.055/0079-00, torna público que recebeu a emissão da Licença Municipal de Operação (LAM - O N° 22/2024, PROCESSO: 250/001796/2022), junto a SMARHS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, para o endereço Avenida Sete de Setembro, nº 221 -Niterói/RJ.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO
A empresa FLEURY S/A, inscrita no CNPJ 60.840.055/0077-30, torna público que recebeu a emissão da Licença Municipal de Operação (LAM - O N° 18/2024, PROCESSO: 250/001814/2022), junto a SMARHS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, para o endereço Rua Ernani do Amaral Peixoto, nº 60, Centro, Niterói/RJ.

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90005/2024 no dia 27/05/2024 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição de Tira de Glicemia, nos termos da tabela do Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.** Processo nº 33433.008875/2023-89. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2024

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.013/2024 no dia 28/05/2024 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais Hospitalares (Compressas, Ataduras, Campos e Fraldas) (ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PACOTE 500G. ATADURA DE ALGODÃO, QUANTIDADE MÍNIMA DE FIOS 13, LARGURA 15 CM, COMPRIMENTO 180 CM, TIPO CREPOM, COM BOA ELASTICIDADE E QUE NÃO SOLTE FIOS, EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE ASSEGURE A INTEGRIDADE DO PRODUTO e etc)** Processo nº. 33409.002317/2023-41. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECONCI RIO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO
C. N. P. J.: 32.243.420/0001-95
Rua Pará, 141, Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20271-280

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM 23/05/2024

Pelo presente Edital, são convocados os representantes contribuintes do SECONCI-RIO - Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, no próximo dia 23/05/2024, na sede da entidade, à Rua Pará, 141 - Praça da Bandeira/RJ, às 12:00 horas em primeira convocação, com presença de, no mínimo, um terço dos contribuintes e às 12:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de contribuintes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA. 1ª- Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2023; 2ª- ASSUNTOS GERAIS.**

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2024
RODRIGO GOYTACAZ CAVALHEIRO
PRESIDENTE

ARMCO STACO S.A. (Em Recuperação Judicial)					INDÚSTRIA METALÚRGICA					Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em R\$ Mil)						
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em R\$ Mil)		Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Circulante	173.018	140.690	212.850	203.098	63.998	47.455	60.432	78.673								
Caixa e equivalentes de caixa	62.581	44.296	76.689	64.033	30.137	28.900	17.714	45.546								
Contas a receber - clientes	47.732	35.451	45.695	49.523	921	873	3.257	3.127								
Estoques	43.935	35.499	76.673	62.161	4.700	-	5.490	789								
Impostos a recuperar	5.856	5.703	6.359	6.704	6.413	10.746	7.020	13.904								
Outras contas a receber	12.914	19.741	7.434	20.677	21.827	6.936	26.951	15.307								
Não Circulante	75.598	61.118	38.202	36.017	100.145	96.443	102.618	98.559								
Realizável a longo prazo	42.979	24.296	22.654	16.935	45.213	45.221	45.213	45.221								
Crédito com partes relacionadas	1.795	-	-	-	15.316	13.159	19.128	16.614								
Dividendos a receber	24.319	7.364	-	-	38.277	36.724	38.277	36.724								
Outras títulos a receber	16.865	16.932	22.654	16.935	1.339	1.339	-	-								
Investimentos	26.166	28.942	-	-	84.473	57.910	88.002	61.883								
Imobilizado	6.453	7.880	9.966	15.500	84.473	57.910	84.795	57.910								
Intangível	-	-	5.582	5.582	56.667	56.667	56.667	56.667								
Total do Ativo	248.616	201.808	251.052	239.115	163.143	143.898	163.050	177.232								
Assinatura																
Fernando Antonio Carvalho de Vilhena - Diretor Comercial																
Simone Rodrigues de Oliveira - Contadora - CRC-RJ 070753/O-0																
Passivo e Patrimônio Líquido					Controladora					Consolidado						
Circulante					2023					2022						
Fornecedores					30.137					28.900						
Salários e encargos a pagar					921					873						
Empréstimos e financiamentos					4.700					-						
Impostos a pagar					6.413					10.746						
Outros débitos					21.827					6.936						
Não Circulante					100.145					96.443						
Empréstimos e financiamentos					45.213					45.221						
Impostos a pagar					15.316					13.159						
Fornecedores					38.277					36.724						
Outros débitos					1.339					1.339						
Patrimônio Líquido					84.473					57.910						
Dos acionistas controladores					84.473					57.910						
Capital					56.667					56.667						
Lucros (Prejuízos) acumulados					58.223					31.660						
Outros resultados abrangentes					(30.417)					(30.417)						
Participação dos acionistas não controladores					-					-						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido					248.616					201.808						



Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

A tragédia no Sul

Os mortos são muitos. Há ainda um grande número de desaparecidos. Não se tem ainda a noção exata do tamanho da tragédia que abalou o Sul do país. Merece a nossa integral solidariedade, inclusive pelo ineditismo das suas proporções. Não há comparação possível.

São quase 2 milhões de pessoas afetadas. Não se tem lembrança de algo semelhante, na história do Brasil. As manifestações de apoio à população gaúcha têm sido múltiplas. A cada momento a gente se surpreende com mais uma atitude solidária. Outro dia, no Teatro Casa Grande, a atriz e acadêmica Fernanda Montenegro disse que toda a renda do seu espetáculo em homenagem a Simone de Beauvoir seria destinada às vítimas da tragédia das águas. Um gesto bonito, que vem se repetindo em outros cenários.

As vítimas são seres humanos e muitos animais, como temos acompanhado pela televisão. A invasão das águas transtornou a vida no Rio Grande do Sul, inclusive em muitas escolas. Levaram meses para que tudo entre nos eixos. Estaremos torcendo e ajudando para que isso se faça no menor tempo possível.

Registre-se a reação de determinada repartição oficiais, como a Marinha do Brasil, que deslocou navios, médicos e helicópteros para os locais inundados. Como eu sou oficial da Reserva da Marinha, senti orgulho dessa força singular, que não mediu esforços para prestar socorro de qualidade ao povo gaúcho. Foi uma forma de minorar o seu sofrimento.

Esse fato lamentável poderia ter sido evitado? A resposta é positiva, bastando que os sistemas de prevenção tivessem sido acionados a tempo e a hora, o que não aconteceu, sobretudo por desídia de prefeitos incompetentes. Há uma outra triste particularidade: o envelhecimento dos equipamentos que cuidavam dessa proteção indispensável. Surgiu agora a crítica de que o prefeito Nelson Maculan, na sua época, zerou a rubrica da manutenção, o que é um verdadeiro absurdo. Sem a intervenção do homem não se torna possível domar as forças da natureza – e isso é mais do que sabido.

Um estado tão querido, com teatros praticamente em todas as suas cidades, não merece esse tratamento desleixado, que pode levar a tragédias desse porte. Há muito o que fazer para recompor o Estado, depois da crise climática, que custará 19 bilhões aos cofres públicos.

SANTO ANDRÉ

Casal que forjou Pix para doações ao Rio Grande do Sul é preso

Dois suspeitos de fraude em transferências via Pix para as doações ao Rio Grande do Sul foram presos pela Polícia Civil em Santo André, na região do ABC paulista, ontem.

O casal teria forjado páginas em referência ao governo do estado nas redes sociais para arrecadar dinheiro que supostamente seria destinado às vítimas afetadas pelas chuvas no sul do país. A Operação Dilúvio Moral teve apoio dos policiais do Grupo de Responsabilidade

Tática (GRT) do Demacro.

Conforme as investigações, a fraude começou logo no início das enchentes que atingiram as cidades gaúchas. Os dois suspeitos presos tiveram suas contas bancárias bloqueadas pela Justiça.

Os acusados, um homem e uma mulher, foram encaminhados ao 4º Distrito Policial (Santo André) e depois para a cadeia pública de Santo André, onde permanecem à disposição da Justiça.

CIGARROS

Motorista de carreta com contrabando é preso

Mais de 300 mil cigarros contrabandeados foram apreendidos na terça-feira passada na rodovia José Ermírio de Moraes, em Sorocaba. O motorista do caminhão perdeu a direção do veículo e derrubou toda a carga na pista. Ele foi preso em flagrante.

Policiais do 5º Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV) patrulhavam a rodovia quando viram o caminhão perder o controle e tombou, interditando

duas faixas da estrada. Foram apreendidos cerca de 340 mil cigarros sem nota fiscal no veículo.

O motorista foi preso e encaminhado ao hospital da região, onde permaneceu sob escolta policial. Com ele foram recolhidos dois celulares, um cartão e R\$ 2,3 mil. O veículo foi recolhido ao pátio do Departamento de Estrada de Rodagens (DER). A ocorrência foi encaminhada à Polícia Federal de Sorocaba.

CORRUPÇÃO

Juiz bloqueia R\$ 19 milhões do prefeito do Guarujá

PEPITA ORTEGA/AE

O juiz Alexandre Berzosa Saliba, da 1ª Vara Federal de Santos, determinou o bloqueio de até R\$ 19.296.913,81 em bens do prefeito de Guarujá Valter Suman (PSDB) e de mais onze acusados de improbidade administrativa na esteira da Operação Nacar-19 - investigação sobre supostas fraudes, corrupção e lavagem de dinheiro na prefeitura.

A decisão foi dada no bojo de uma ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal contra Suman e outros onze investigados. A Procuradoria pediu o afastamento cautelar do tucano, mas a Justiça negou.

A ação de mais de 300 páginas foi impetrada na esteira da Operação Nacar-19, que mirou indícios de supostas fraudes na contratação, pelo município, de organizações sociais e empresas para atuar na área da saúde, inclusive com verbas federais de combate à pandemia.

Suman foi preso em flagrante

quando a fase ostensiva da Nacar foi aberta, em razão da apreensão de R\$ 1,3 milhão em endereços ligados a ele e ao secretário municipal de Educação Marcelo Feliciano Nicolau. Parte do dinheiro estava guardado no gabinete do prefeito, dentro de uma caixa de máscaras de proteção facial.

O prefeito chegou a ser afastado por ordem do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por suposta 'continuidade de atividade delitiva', mas posteriormente foi beneficiado por um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça.

A Corte superior ainda trançou um inquérito contra Suman na esteira da Nacar, inclusive determinando a liberação de seus bens que haviam sido bloqueados durante a investigação.

O juiz Alexandre Berzosa Saliba, no entanto, não viu impedimento em determinar um novo bloqueio, na esfera cível, considerando a 'independência das instâncias'.

Ao analisar a petição inicial da Procuradoria, o juiz entendeu que é o caso de bloquear os

bens dos acusados por improbidade considerando que, segundo o inquérito, os réus 'em atuação conjunta e organizada, viam firmando contratos (entre pessoas jurídicas e o poder público municipal), dotados de irregularidades, com o fim determinado de obtenção ilícita de vantagem econômica e financeira, por meio de desvios de recursos públicos, repassados à municipalidade pela União'.

O magistrado deferiu a medida com base em indícios de suposto enriquecimento ilícito dos acionados, além de possível dano ao erário e violação aos princípios da administração pública.

Destacou ainda como as provas juntadas pela Procuradoria e as imputações aos réus 'demonstra (em tese) a atuação conjunta de agente públicos (políticos), detentores de cargos eletivos e de livre nomeação, com particulares', que, em sua avaliação, 'se coaduna com a figura típica de induzir e concorrer, dolosamente'.

Em despacho de 43 páginas, Saliba deu ênfase ao relatório do

Tribunal de Contas da União que apontou 'diversas irregularidades' ao analisar os contratos fechados pela prefeitura para combate à pandemia.

Também lembrou que mensagens apreendidas, trocadas entre o então chefe de gabinete do prefeito e o próprio Suman mostram 'tratativas de todas as espécies em torno de pagamentos e recebimentos, transferências bancárias, compra de apoio da vereança, bem como o silêncio de jornalista, para que cessassem as reportagens que culminaram com a deflagração da operação Nacar-19'.

O juiz destacou ainda como o relatório da PF sobre a Operação Nacar 'estampa com precisão a ilicitude das condutas perpetradas pelos réus, com a perfeita individualização e sistematização dos núcleos delituosos'. Chegou a afirmar que o 'nascedouro das operações investigativas é legítimo com fundo de robustez indicativa de prática de atos pelos réus que merecem reprimenda nas esferas cível, penal e administrativa'.

DANOS MORAIS

Empresária pagará R\$ 70 mil por chamar casal Moro de 'marrecos'

HEITOR MAZZOCO/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou que a empresária Roberta Moreira Luchsinger pague R\$ 70 mil a título de danos morais ao senador Sérgio Moro (União-PR) (foto) e à deputada federal Rosângela Moro (União-SP) por ofensas proferidas nas redes sociais. Ela também deverá apagar as publicações feitas contra os parlamentares em até cinco dias sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

De acordo com o acórdão, Roberta Luchsinger extrapolou a liberdade de expressão ao ofender o senador e a deputada federal com termos como pilantra, canalhas, casal de marrecos, medíocre, corrupto e ladrão, bandido, voleur (ladrão em francês). "Forçoso reconhecer que tais opiniões, ao contrário do que tenta fazer crer a recorrente, não são, em absoluto, de caráter eminentemente político. Muito menos são apenas críticas civilizadas. Para além da adjetivação ultrajante em suas postagens, com emissão de juízo de valor acerca da conduta ética e moral dos então candi-



WILSON DIAS/ABRASIL

datos Sérgio e Rosângela, a apelante demonstra o seu inequívoco ânimo de ofender", citou a desembargadora Clara Maria Araújo Xavier.

A magistrada diz ainda que o

casal Moro devem estar preparados para "confrontação mais áspera" por ocuparem cargos do Poder Legislativo. "Contudo, a mitigação dos seus direitos de personalidade tem limites, não

sendo possível que o exercício do direito de crítica transborde para a difamação, injúria e ofensa pessoal, como verificado nestes autos", afirmou a desembargadora.

Em primeira instância, o valor da indenização foi definido em R\$ 100 mil para cada, mas o TJ-SP diminuiu a cifra. "Diante de tais ensinamentos, observada a orientação fornecida pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as circunstâncias e peculiaridades que envolvem a demanda, bem como a condição socioeconômica das partes envolvidas, aferida pelo cargo e profissão que exercem/exerciam à época dos fatos, minora-se a indenização para R\$ 35 mil, para cada qual dos autores, montante que melhor atende tanto à sua finalidade reparatória quanto punitiva, sem que se cogite de enriquecimento sem causa", disse a magistrada.

As publicações com ofensas feitas por Roberta Luchsinger foram feitas no Instagram e no X. De acordo com a decisão do TJ-SP, a empresária deve remover 16 publicações.

FAUNA SILVESTRE

Núcleo de Conservação de São Paulo tem novo filhote de mico-leão-preto

O Núcleo de Pesquisa e Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo (CECFAU) se adapta à chegada do mais novo integrante do local, um filhote de mico-leão-preto macho. A gestação ficou famosa depois da divulgação do ultrassom feito na mamãe primata em fevereiro.

A espécie é considerada ameaçada de extinção e tem o título de patrimônio ambiental, símbolo do estado de São Paulo.

O filhote nasceu em março com apenas 70 g e agora já pesa 200 g. O retrato oficial do mico ocorreu apenas agora, já que os cuidadores optaram pelo menor contato possível no pós-parto para evitar estresse da mãe. Ele continua sendo amamentado, mas também come frutas, legumes e insetos.

"A alimentação com insetos

acontece de forma natural, até em razão de observar os adultos. Os filhotes vão experimentando e explorando mais o ambiente, criando a própria autonomia", explica a assessora técnica da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) Giannina Piatto Clerici.

A gestação da mamãe mico era de dois filhotes, mas um deles não sobreviveu e morreu logo após o parto. "É comum acontecer complicações no parto ou pós-parto, o que sabemos é que o filhote morreu de causas naturais", afirma a assessora técnica da Semil.

Com o nascimento, o CECFAU passa a contar com 23 micos-leões-pretos. A espécie é uma das quatro de micos-leões. Atualmente, estima-se que existam de 1.600 a 1.800 micos-

leões-pretos vivendo em remanescentes de Mata Atlântica de interior e matas ciliares.

Os primatas se alimentam principalmente de frutos e insetos e dormem em buracos de árvores. Eles pesam em média 600 gramas e medem cerca de 30 cm de corpo e 40 cm de cauda. Os micos machos adultos, as fêmeas e os jovens apresentam a mesma pelagem predominantemente preta, com exceção das coxas e da base da cauda, que apresentam cor vermelho alaranjado. Na região da cabeça, possuem uma juba que cobre as orelhas.

SOBRE O CECFAU

Desde 2015, o CECFAU já registrou 400 nascimentos de filhotes de espécies ameaçadas de extinção. O local é voltado à

pesquisa e manejo de fauna silvestre, localizado em uma área de 80 mil m² em Araçoiaba da Serra, no interior do estado. Atualmente, os esforços se concentram em preservar e proteger seis espécies: o sagui-da-serra-escuro, o mico-leão-preto, o mico-leão-de-cara-dourada, a arara-azul-de-lear, o tamanduá-bandeira e a perereca-pintada-do-rio-pomba.

Os pesquisadores do Núcleo de Conservação da Fauna Silvestre do Governo de SP trabalham para a preservação das espécies da fauna brasileira, o desenvolvimento de estratégias destinadas à manutenção de espécies sob cuidados humanos geneticamente viáveis para programas de reintrodução e o reforço das populações na natureza.

RECONSTRUÇÃO

Lula nomeia Pimenta como autoridade do governo no RS

SOFIA AGUIAR
E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, do cargo e o nomeou como ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. O jornalista Laércio Portela foi nomeado como ministro interino da pasta.

As decisões foram publicadas ontem, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). A previsão inicial é que Pimenta fique no cargo de quatro a seis meses, mas o período pode se

estender. Enquanto isso, porém, Pimenta ficará na ponte aérea entre Brasília e Porto Alegre e deve manter a estrutura de seu gabinete no Palácio do Planalto.

Pimenta é gaúcho e tem sua trajetória política no Rio Grande do Sul. Seu nome é tido como potencial candidato aos cargos majoritários no Estado em 2026. É o ministro do Planalto que mais acompanha as ações em solo gaúcho.

Diante do destaque que o ministro tem tido em relação às ações do governo federal no Estado, o governo do Rio Grande do Sul, sob a gestão de Eduardo Leite (PSDB), recebeu com preocupação seu nome. Na avaliação da gestão estadual, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria apostando na figura política de Pimenta para capitalizar o nome do ministro a algum cargo majoritário no Estado em 2026.

A indicação do ministro da Secom pelo governo federal escancara a divergência entre as gestões Lula e Leite, que está presente desde o início do terceiro mandato do petista. Apesar de estar sendo exigido um trabalho conjunto entre ambos diante da tragédia no Rio Grande do Sul, a avaliação do entorno dos dois é que isso não deve representar uma aproximação entre os políticos. Com a indicação de Pimenta, então, tal alinhamento se tornou ainda

mais improvável.

O novo ministro interino da Secom, Laércio Portela, foi editor de política do jornal *Diário de Pernambuco*, assessor de comunicação do Ministério da Saúde e secretário-adjunto de imprensa da Presidência da República. A indicação de seu nome teria partido do próprio Pimenta. A previsão é que Portela assumira o cargo até o começo da semana que vem.

Pimenta foi indicado por Lula em 29 de dezembro de 2022, dias antes de tomar posse como novo presidente da República. O ministro havia sido reeleito deputado federal no pleito, mas se licenciou do cargo para assumir a pasta.

GLADSON CAMELI

STJ põe governador do Acre no banco dos réus por corrupção

RAYSSA MOTTA/AE

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tornou réu o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), por corrupção passiva, organização criminosa, peculato, fraude à licitação e lavagem de dinheiro. A decisão foi unânime.

O advogado Pedro Ivo Veloso Cordeiro, que representa o governador, afirma que ele é vítima de "perseguição" e que as acusações não foram provadas. Em nota, Gladson Cameli disse que agora poderá demonstrar que é inocente.

Os ministros receberam ontem, a primeira denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) a partir das investigações da Operação Ptolomeu. Gladson Cameli não foi afastado do cargo e continuará a exercer o mandato.

Já as medidas cautelares impostas ao governador e aos demais investigados - servidores públicos, empresários e familiares de Gladson Cameli - durante o inquérito foram prorrogadas.

Para a ministra Nancy Andrighi, relatora do caso, há "elementos indiciários" de que o governador agiu "dolosamente" e participou de um esquema "sofisticado" de corrupção.

"Há indícios de que o governador Gladson agiu ativamente para assegurar a execução do esquema investigado", defendeu. "A suposta organização criminosa denunciada nesses autos adotou o método de substituição das empresas contratadas pelo Estado do Acre como fim de retroalimentar o esquema e dificultar o rastreamento de verbas públicas possivelmente desviadas."

Com a decisão da Corte Especial, o governador vai responder a um processo criminal. Nesta etapa, os ministros

analisaram apenas se havia elementos mínimos para instaurar a ação penal. O julgamento só ocorre após a instrução do processo, o que envolve depoimentos de testemunhas e a coleta de provas complementares.

A PGR atribui a Gladson Cameli o papel de liderança em um suposto esquema de corrupção e desvio de dinheiro em contratos públicos do Acre. Ele é apontado como o principal beneficiário dos desvios.

A denúncia envolve um contrato da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Estado do Acre com a empresa Murano Construções, em maio de 2019, no primeiro mandato do governador, para manutenção de prédios públicos.

Os investigadores identificaram que, um dia após a assinatura do contrato, a Murano fechou uma parceria com a Rio Negro, administrada por Gladson Cameli, irmão do governador, que teria recebido quase R\$ 2 milhões. Para os investigadores, está claro que houve um acerto para a contratação indireta da empresa do irmão do governador e uma tentativa de ocultar sua participação para não chamar atenção de órgãos de investigação e controle.

Uma das provas consideradas centrais no inquérito é a compra de um apartamento, avaliado em R\$ 6 milhões, no bairro dos Jardins, em São Paulo. O imóvel é apontado como pagamento de propina.

A PGR também alega que houve superfaturamento e sobrepreço do contrato, estimados em R\$ 11,7 milhões.

A Operação Ptolomeu foi fadada em nove inquéritos. Já são dezenas de suspeitos e mais de 22 mil páginas de documentos. Gladson Cameli é o principal investigado.

FALHA NA FISCALIZAÇÃO

TCU manda Exército cancelar CACs criminosos, mas poupa militares

VINÍCIUS VALFRE
E TÁCIO LORRAN

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, ontem, que o Exército cancele as autorizações concedidas a Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) que foram condenados ou que estejam com mandados de prisão em aberto. O julgamento é baseado na auditoria feita pela área técnica do tribunal - e revelada pelo Estadão - que apontou que o Exército liberou armas de fogo a pessoas condenadas por crimes como tráfico de drogas, homicídio e violência doméstica.

Apesar de ratificar a maior parte dos apontamentos da área técnica, o plenário da Corte de Contas poupou militares de investigações que pudessem responsabilizá-los por falhas no controle de armas. Um dos pontos desconsiderados foi o descumprimento de uma decisão de 2017 que obrigava o Exército a digitalizar o sistema de fiscalização de produtos controlados. Sete anos depois, a Força ganhou mais um ano para cumprir a ordem, prazo que poderá ser alargado, desde que justificado.

A representação do Ministério Público junto ao TCU citou o processo como de "extrema relevância para a nação" e de "máxima urgência para a segurança pública do País". Mesmo assim, o julgamento durou cerca de dez minutos, com apresentação do voto do relator, ministro Antônio Anastasia, de forma abreviada, sem manifestação de ór-

gãos e entidades interessados e sem debate no plenário.

Durante a auditoria, a área técnica se deparou com o que definiu como "falta de dados confiáveis" do Exército e com uma "descentralização" de informações que "dificultou a avaliação e o monitoramento das atividades de fiscalização e vistoria". Apesar do registro, o ministro relator destacou, no voto, a "atitude colaborativa" e o "total interesse da atual administração do comando do Exército em realizar esses ajustes".

Além de determinar os cancelamentos, a Corte de Contas também obrigou os militares a consultarem bancos de dados das polícias e do Judiciário para verificar implicações criminais contra os que apresentam requerimentos para serem registrados como CACs. A auditoria mostrou casos em que os interessados apresentam documentos emitidos em estados onde não respondem a crimes.

Contudo, a inclusão desse procedimento de checagem nos bancos de dados só precisa começar dentro de seis meses, contados a partir da ciência sobre a decisão. O mesmo prazo foi definido para a inclusão de uma "trava" no sistema de controle de venda de munições que impeça registros com informações inválidas. A auditoria revelou compras em nome de pessoas falecidas e até sem que as armas dos compradores fossem identificadas.

Apesar dos novos prazos, o TCU também abriu ao Exército a "possibilidade de este Tribunal,

mediante justificativas circunstanciadas apresentadas na fase de monitoramento, autorizar a programação das medidas corretivas mediante planos de ação, com prazos adequados à complexidade de cada objetivo".

POLÍCIA FEDERAL

As novas determinações do TCU não esclareceram como se dará o cumprimento das recomendações feitas ao Exército nas datas que vencem a partir de 2025. É que a partir de janeiro do próximo ano a atribuição de controle dos CACs deve ser assumida pela Polícia Federal, que ainda faz exigências de pessoal para poder executar a atividade.

Consultor do Instituto Sou da Paz e pesquisador de políticas armamentistas, Bruno Langeani afirmou que a decisão do TCU é "benevolente" com o Exército e abre margem para que os militares apenas esperem a transição do serviço para a PF.

"Já temos prazos muito alongados. Considerando que a fiscalização passa para a PF em janeiro, determinar medidas com 12 ou 18 meses para cumprimento permite o Exército ficar de braços cruzados e dizer que ficou inerte por 10 ou 20 anos, mas agora esse é um problema da PF. E essa negligência é premiada com o fato de não ser responsabilizado", frisou.

A auditoria do TCU analisou o controle de armas por parte dos militares entre 2019 e 2022 e é considerada o mais amplo "raio-x" dos reflexos da liberação de armas para civis desde a CPI do Tráfico de Armas e Mu-

nições, de 2006.

De 2019 a 2022, 5.235 pessoas em cumprimento de pena puderam obter, renovar ou manter os chamados certificados de registro (CR) de CAC. Outras 2.690 pessoas conseguiram o registro mesmo com mandados de prisão em aberto. Também foram identificados 22.493 CACs suspeitos de serem laranjas - uma vez que estão no Cadastro Único (CadÚnico), base de dados do governo federal com pessoas de baixa renda - e 21.442 armas em nome de falecidos.

A análise do TCU foi realizada a partir de provocação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado Ivan Valente (PSOL-SP). Procurado, o Exército ainda não se manifestou sobre o julgamento.

CRIME ORGANIZADO

O número de CRs de CACs pulou de 191,4 mil, em 2018, para 898,3 mil no último ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), uma alta de 469%. O grupo se tornou o maior segmento armado do Brasil, superior até ao conjunto de pessoal ativo de todas as polícias militares e Forças Armadas.

Desde que Bolsonaro passou a afrouxar critérios para acesso a armas por civis por meio dos CACs, inquéritos policiais vêm identificando intermediários da compra de armas para facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC). Em São Paulo, um deles foi encontrado com arsenal avaliado em R\$ 50 mil, apesar de renda declarada de R\$ 2 mil.

RACHADINHA

Boulos vota para arquivar denúncia contra Janones

WESLEY GALZO/AE

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) votou ontem para arquivar processo de cassação do deputado André Janones (Avante-MG) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara. O político mineiro foi acusado por ex-assessores de seu gabinete de praticar "rachadinha". Ele foi gravado pedindo que funcionários arcassem com suas despesas pessoais.

O áudio foi revelado pelo Metrôpoles e obtido pelo Estadão. A gravação foi feita pelo ex-assessor Cefas Luiz durante uma reunião no dia 5 de fevereiro de 2019 na Câmara, em Brasília. Cefas disse ao Estadão que o esquema seria organizado pela atual prefeita de Ituiutaba (MG), Leandra Guedes (Avante), ex-assessora e ex-namorada de Janones. O caso chegou ao Conselho de Ética por meio de representação apresentada pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Boulos votou pelo arquivamento sob o argumento de "ausência de justa causa". De acordo com o parlamentar, a representação do PL traz fatos ocorridos antes do início do mandato do representante como deputado. Ele argumentou que jurisprudência do Conselho impede a cassação por fato ocorrido antes do mandato. Os deputados eleitos em 2018 tomaram posse no dia 1º de feve-

reiro de 2019. A gravação de Janones ocorreu no dia 5 daquele mês.

"Não há quebra de decoro parlamentar se não havia mandato à época", disse Boulos. "O Judiciário fará o seu trabalho", disse o pré-candidato a prefeito de São Paulo.

A votação foi interrompida após a manifestação de Boulos por um pedido de vista (mais tempo para análise) apresentado pelo deputado Alexandre Leite (União Brasil-SP). O parlamentar paulista disse discordar dos argumentos apresentados pelo relator do caso.

Janones nega a prática de rachadinha e alega que os áudios foram tirados de contexto. "É a segunda vez que trazem esse assunto para tentar me ligar a crimes. Em 2022, já fizemos isso durante a campanha, também com áudios fora de contexto. Essas denúncias vazias nunca se tornaram uma ação penal ou qualquer processo, por não haver materialidade. Não são verdadeiras, e sim escândalos fabricados", disse.

Paralelamente ao processo de cassação, um inquérito investigando se o deputado operou o esquema de "rachadinha" foi aberto pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro do ano passado. A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), procurada por 46 deputados da oposição.

MEIO AMBIENTE

Senado aprova PL que fixa diretrizes de planos de adaptação à mudança do clima

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O Senado aprovou ontem, o projeto de lei que fixa diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima no Brasil. A votação aconteceu de forma simbólica, ou seja, sem que o voto individual de cada senador fosse computado.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi o único a se manifestar contra a proposta. "Apesar de ter registrado voto contra na CCJ, vendo a redação final, a gente entende a boa intenção da autora. Respeitosamente, acho que não vai ter o efeito prático que alguns estão esperando", alegou.

A análise da proposta aconteceu no momento em que o Rio Grande do Sul enfrenta sua

maior tragédia climática, com enchentes em todo o Estado. Mais de 140 pessoas já morreram no desastre ambiental e milhares tiveram de deixar suas casas, que ficaram completamente inundadas.

O texto segue, agora, à sanção presidencial. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) terá as próximas duas semanas para decidir se sanciona a proposta com ou sem vetos e se a inclui entre as medidas de enfrentamento às mudanças climáticas no Brasil.

O projeto não estabelece nenhuma ajuda específica ao Rio Grande do Sul, mas estabelece diretrizes gerais para a elaboração dos planos de adaptação à mudança do clima, "com o objetivo de implementar iniciativas



JOSE CRUZ/ABRASIL

e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico diante dos efeitos atuais e esperados da mudança do clima".

O plano em si caberá aos go-

vernios federal e estaduais e às prefeituras. O plano nacional precisará ser elaborado em até um ano depois da publicação da lei. Em seguida, Estados e municípios precisarão organizar seus próprios planejamentos, que poderão ser financiados com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, segundo o texto aprovado.

"As medidas previstas no plano nacional de adaptação à mudança do clima, a ser elaborado pelo órgão federal competente, serão formuladas em articulação com as três esferas da Federação e os setores socioeconômicos, garantida a participação social dos mais vulneráveis aos efeitos adversos do texto mudança", estabelece o documento.

**PARALISAÇÃO**

Servidores de hospitais federais no Rio entram em greve

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

Servidores da área de saúde dos seis hospitais federais no Rio de Janeiro entraram em greve ontem por tempo indeterminado. Entre os principais itens da pauta de reivindicações estão a recomposição salarial, a realização de concurso público e a reestruturação das unidades que sofrem com o sucateamento ao longo dos últimos anos.

Segundo os servidores, até o momento, o governo federal não ofereceu nenhum reajuste. Eles também cobram pagamento do adicional de insalubridade e o cumprimento do piso da enfermagem em valores integrais.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado do Rio (Sindsprev-RJ), as unidades vão funcionar com 30% do quadro de funcionários para dar sequência aos serviços considerados essenciais como hemodiálise, quimioterapia, cirurgias oncológicas, transplantes e atendimentos de emergência.

Atos de greve estão programados para a próxima semana. Na segunda-feira, os servidores irão se reunir pela manhã em frente ao Hospital Federal de Bonsucesso. No dia seguinte, a mobilização será a tarde, no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).

Os seis hospitais federais do Rio de Janeiro são especializados em tratamentos de alta complexidade para pacientes de todo o país dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa grande concentração de unidades, incomum na demais cidades do país, se deve ao fato de o Rio ter sido capital do país. Elas continuaram sob a gestão do Ministério da Saúde mesmo após a construção de Brasília.

Embora considerados hospitais de excelência no passado, esses estabelecimentos enfrentam um processo de precarização que se arrasta há mais de uma década. Nos últimos anos, houve registros de problemas variados que incluem desabastecimento de insumos, alagamentos em períodos de chuva e falta de equipamentos. Em 2020, um incêndio no Hospital Federal de Bonsucesso causou a morte de três pacientes que estavam internados e paralisou serviços de referência como o de transplantes de córnea e o de transplantes renais.

No ano passado, outro incêndio destruiu a sala de anatomia patológica do Hospital Federal Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, embora sem registro de nenhuma consequência mais grave. Nesta semana, foi registrado mais um episódio relacionado à deterioração da unidade. O teto do banheiro dos pacientes do setor de hemodiálise desabou na segunda-feira passada. Ninguém se feriu.

Sem concurso público desde 2010, a questão envolvendo recursos humanos é um dos principais gargalos. Para suprir as necessidades de profis-

sionais, tem se recorrido aos contratos temporários, o que resulta em alta rotatividade, já que médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde não têm garantia de estabilidade. Nos últimos anos, houve diversas crises às vésperas dos vencimentos dos contratos.

No mês passado, após denúncias de irregularidades e má administração, o Ministério da Saúde divulgou comunicado anunciando diversas mudanças na gestão dos hospitais com o objetivo de promover uma reestruturação após "anos de precarização". Entre elas, foi criado um Comitê Gestor, para assumir temporariamente a administração das unidades. O grupo é integrado por representantes do Departamento de Gestão Hospitalar do Estado do Rio de Janeiro (DGH) e de outras instâncias da pasta.

No fim do mês passado, com a conclusão dos primeiros 30 dias de trabalho do Comitê Gestor, o Ministério da Saúde anunciou em nota que a reestruturação de gestão dos hospitais federais seria coordenada junto à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Ebserh é uma empresa pública responsável pela gestão de hospitais universitários. Já o GHC gere hospitais públicos federais no sul do país, enquanto a Fiocruz é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Saúde.

Apesar de a pasta enfatizar as parcerias, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, negou na ocasião que houvesse intenção de repassar a gestão das unidades. "Não existe distribuição dos hospitais. O governo não abrirá mão de coordenar o programa de reconstrução dos hospitais e fará isso dentro da visão do SUS. Um modelo de gestão definitivo será detalhado dentro desse programa após toda uma fase de análise e de diálogos que precisam ser feitos com todos os entes", disse.

No entanto, os servidores manifestam preocupações desde a nomeação da médica Teresa Navarro Vannucci para o DGH, ocorrida há duas semanas. Ela ocupava a Subsecretaria Municipal de Saúde do Rio. Segundo o Sindsprev-RJ, na gestão da saúde da capital fluminense, tem sido frequente a entrega das unidades de saúde para organizações sociais e para realização de parcerias público-privadas (PPPs).

"Além da pauta específica dos servidores, a greve expressa a luta por uma saúde pública, gratuita, universal, de qualidade e inteiramente financiada por recursos públicos. O que implica total rejeição a quaisquer propostas de fiação, privatização ou entrega da rede de unidades federais de saúde à Ebserh, a organizações sociais ou à gestão do município do Rio de Janeiro", registra nota divulgada pelo Sindsprev-RJ.

Nota**CODIN INCENTIVA REALIZA O PRIMEIRO ENCONTRO EM TRÊS RIOS**

A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro promoveu, ontem, em Três Rios, a primeira escala do projeto itinerante Codin Incentiva. Presente na cerimônia de abertura, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinícius Farah, destacou a importância do Governo do Estado estar no front, com paixão e trazendo resultados para o território fluminense. "Estamos aqui apresentando ferramentas. O Codin Incentiva é uma forma desse time comprometido com o desenvolvimento entregar oportunidades e resolver demandas dos setores produtivos das diversas regiões do estado", afirmou Farah. O evento no Centro-Sul Fluminense é o primeiro da iniciativa que percorrerá o interior do estado levando a estrutura técnica da Companhia para apresentar serviços, oportunidades de negócios, tirar dúvidas e ouvir as principais demandas dos setores produtivos das regiões do Rio de Janeiro.

PERU

CLAYTON FREITAS/AE

O governo do Peru publicou no dia 10 de maio no "Diário Oficial" do país um decreto que classifica a transexualidade como doença, classificação que está em desacordo com a Organização Mundial de Saúde desde 2018.

O documento atualiza o Plano de Seguro Essencial de Saúde, que engloba quais são as intervenções, cuidados que devem ser prestados e em quais condições isso deve ser feito tanto na rede pública de saúde do Peru quanto na privada.

O decreto supremo - assim chamado por ter sido assinado pela presidente Dina Boluarte - inclui os seguintes termos: transexualismo; transvestismo de rol dual; transtorno de identidade de gênero na infância; trans-

torno de identidade de gênero; transvestismo fetichista, orientação sexual egodônica e outros transtornos de identidade de gênero.

Na sexta-feira passada, dia em que o decreto foi publicado, o irmão e o advogado da presidente foram presos por corrupção. O esquema consistia, segundo o Ministério Público, em nomear funcionários públicos para receber propina e recrutar filiados para um novo partido político.

NOTA À IMPRENSA

O decreto inclui citações dos números das letras e dos números das doenças que constavam na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) até 2018, documento já atualizado e substituído pelo que ficou conhecido como o CID-11.

Após a repercussão do caso, o

governo peruano emitiu uma nota à imprensa dizendo ratificar "sua posição de que a diversidade de gênero e sexual não é uma doença". "Neste quadro, expressamos o nosso respeito pelas identidades de gênero, bem como a nossa rejeição à estigmatização da diversidade sexual no país", informa outro trecho da nota.

Porém, manterá a classificação, alegando que sua intenção é a de garantir a integralidade da cobertura de saúde mental, embora ressalte na nota que ninguém que "orientação sexual e a identidade de gênero de uma pessoa não constitui por si só uma alteração da saúde física ou mental e, portanto, não deve ser submetida a tratamento ou cuidados médicos ou às chamadas terapias de reconversão", diz um trecho do documento.

REAÇÃO

A situação provocou reação de entidades de direitos LGBTIQ+ no país. Uma delas, a Associação Civil Más Igual Peru, que informou ter conseguido a adesão de 414 profissionais de saúde mental e de 146 representantes de organizações LGBTIQ+ contra a medida. Eles entregaram uma carta ao Ministério da Saúde do Peru exigindo que a medida seja revista.

Por meio de sua conta na rede social X, ex-Twitter, a parlamentar Susel Paredes disse ter pedido por meio de um documento oficial a revogação do decreto, que, segundo ela, reforça o estigma e a discriminação contra pessoas trans. "É urgente implementar políticas de saúde mental de acordo com os padrões internacionais para garantir o direito à saúde, à igualdade e à identidade", escreveu.

ATENTADO

Baleado em Handlová, premiê da Eslováquia está em estado grave

O primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, foi baleado e levado de helicóptero a um hospital ontem. Segundo o seu gabinete, seu estado de saúde é grave. Um suspeito foi preso no local. Quatro tiros teriam sido ouvidos após uma reunião de governo na cidade de Handlová, a 190 km da capital, Bratislava. Um dos disparos atingiu o premiê no abdômen, de acordo com a rede de TV TA3.

Segundo informações do site de notícias eslovaco *Aktualit*, poucas pessoas esperavam Fico do lado de fora do local onde a reunião havia ocorrido. Nenhum deles vaiava ou gritava palavras de ordem contra o go-

verno. Apenas um homem parecia protestar, com um cartaz em mãos.

De acordo com a imprensa local, o autor dos tiros teria 71 anos. A presidente do país, Zuzana Caputová, condenou em nota o "brutal" ataque sofrido por Fico, e lhe desejou uma pronta recuperação.

O primeiro-ministro tcheco, Petr Fiala, também se manifestou, dizendo que a notícia é um "choque". Ele também deseja que o colega se recupere rapidamente.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse "condenar fortemente o ataque". A Eslováquia faz parte da União Europeia desde 2004.

PRÓ-RÚSSIA

Robert Fico foi o mais votado nas eleições gerais de setembro de 2023 na Eslováquia com uma plataforma pró-Putin, contra a ajuda da União Europeia e da Otan à Ucrânia.

A posição da Eslováquia é importante, já que o país faz parte da Organização Militar do Atlântico Norte, a Otan, aliança militar do Ocidente.

O partido de Fico, o Direção Social-Democracia (Smer-SSD), é mais nacionalista e socialmente conservador, criticando o liberalismo social, que diz ser imposto a partir de Bruxelas.

Fico já deu declarações condenando o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a ado-

ção de crianças por esses casais. Em questões econômicas, ele é visto como trabalhista, tendo implementado reformas que dão direito a aviso prévio, regras mais rígidas para horas extras e mais poder a sindicatos.

Ele expressou posições anti-imigração de muçulmanos para o país e, em política externa, é visto como pró-Rússia e contra a instalação de bases militares dos EUA na Europa Central.

Fico já havia sido premiê em outros dois períodos, entre 2006 e 2010, e entre 2012 e 2018. Desta última vez, ele renunciou ao cargo ao ser pressionado pela oposição, depois do assassinato de um jornalista que investigava a corrupção em seu governo.

GUERRA NO ORIENTE

UE manda Israel pôr fim imediatamente à sua operação militar em Rafah

MATHEUS ANDRADE/AE

A União Europeia (UE) ordenou Israel a pôr fim imediatamente à sua operação militar em Rafah. Segundo comunicado emitido ontem, pelo Alto Representante do bloco, Josep Borrell, a operação está perturbando ainda mais a distribuição de ajuda humanitária em Gaza e provocando mais deslocamentos internos, exposição à fome e sofrimento humano. "Se Israel

continuar a sua operação militar em Rafah, isso colocará inevitavelmente uma forte pressão nas relações da UE com Israel", diz o documento.

"Embora a UE reconheça o direito de Israel de se defender, o país deve fazê-lo em conformidade com o Direito Humanitário Internacional e proporcionar segurança aos civis". O bloco apela a Israel para que se abstenha de agravar ainda mais a já grave situação humanitária

em Gaza e reabra o ponto de passagem de Rafah. "Mais de um milhão de civis estão abrigados em Rafah e nos arredores e foram instruídos a evacuar para áreas que, segundo as Nações Unidas, não podem ser consideradas seguras", diz a publicação.

"Apelamos a todas as partes para que redobrem os seus esforços para alcançar um cessar-fogo imediato e a libertação incondicional de todos os reféns

detidos pelo Hamas", conclui.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que o país "fará o que tiver de fazer" com relação ao atual conflito com o Hamas. Em entrevista à CNBC, o dirigente indicou que agradece o apoio que recebeu dos Estados Unidos desde o começo da recente guerra, mas que há uma divergência sobre Gaza com o governo americano, especialmente sobre Rafah.

VISITA

Putin elogia o 'desejo genuíno' da China de resolver a guerra na Ucrânia

Na véspera de sua visita de dois dias a China, o presidente russo Vladimir Putin disse em uma entrevista à mídia estatal chinesa que recebeu com satisfação o "desejo genuíno" de Pequim de ajudar a resolver a crise na Ucrânia.

O líder russo chega a Pequim hoje para se encontrar com o líder chinês Xi Jinping, a quem chamou de "querido amigo", e buscar maior apoio chinês para a economia russa, concentrada no esforço de guerra na Ucrânia. A viagem, que também inclui

a cidade de Harbin, no nordeste do país, é a primeira de Putin desde sua reeleição em março e a segunda à China em apenas seis meses. "Elogiamos os métodos da China para resolver a crise na Ucrânia", disse Putin à agência de notícias chinesa Xinhua em uma entrevista em Moscou, que também foi publicada em inglês no site do Kremlin.

"Pequim está bem ciente de suas causas fundamentais e da importância geopolítica global" dessa crise, disse Putin. O presidente russo se referiu especifi-

camente ao documento de doze pontos emitido pela China em fevereiro de 2023, definindo sua posição para uma resolução política do conflito.

"As ideias e propostas contidas no documento demonstram o desejo genuíno dos nossos amigos chineses de ajudar a estabilizar a situação", disse ele.

Rússia e China já afirmaram ter uma aliança "sem limites" pouco antes do início da invasão da Ucrânia por Moscou, o que também levou a um crescimento das suas relações comerciais

para níveis recordes.

Para Moscou, a China tem sido uma tábua de salvação econômica após as sanções impostas pelo Ocidente, em resposta à sua operação militar. Por seu lado, a China tirou partido das importações de energia barata da Rússia e do acesso aos seus vastos recursos naturais.

Essa abordagem levanta suspeitas nos países ocidentais e levou os Estados Unidos a ameaçar com sanções os bancos e empresas estrangeiras que trabalham com a Rússia.